

BDI PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
ACÓRDÃO TCU 2622/2013 - PLENÁRIO

Planilha de composição do BDI considerando as particularidades de cada região e porte da obra ou serviço

	AC			DF Despesas Financeiras (%)	R			L		I1	I2	I3	I4	Cálculo do BDI (%)			
	Administração Central (%)				Risco, seguros e garantia (%)			Lucro (%)		Tributos (%)							
	De R\$ 1.500.000,01 até R\$ 75.000.000,00				Seguro e 0,80%	Garantia - 3º quartil	Risco - 1,27%	De R\$ 1.500.000,01 até R\$ 75.000.000,00		ISS%	Cofins%	PIS%	Desoneração %				
Porte empresa/obra	1º quartil	3º quartil	Média	Média	1º quartil	3º quartil	Média	1º quartil	3º quartil	Média					Mínimo	Máximo	Média
Navirai - materiais e equipamentos (desonerado)			2,85	0,85			1,33			5,11	0,00	3,00	0,65	4,50			20,23
Navirai - serviços (desonerado)			4,47	1,23			2,07			7,40	1,15	3,00	0,65	4,50			27,71

Observações:

1- Cálculo do BDI

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

2- O BDI acima limita o teto máximo do preço final aceito pelo Órgão, mas não impede que na licitação os custos diminuam significativamente, dependendo da atratividade da obra e do número de participantes.

3- Cálculo das Despesas Financeiras

OBS: Esta fórmula é para medição MENSAL do contrato (30 dias consecutivos)

$$DF = \{ (1+j)^{n/30} \} - 1$$

30 dias / 2 = 15 dias + até 30 dias = 45 dias
Adotar o valor médio 1,23%

j - SELIC
n - dias

mai/24 0,83 45 válida a partir de outubro/2022 1,25

TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA		
	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%	1,23%	1,39%

4- Cálculo do ISS:

Observar legislação atual de cada município. O percentual é ajustado a fim de ser aplicado sobre o valor total do faturamento.

5% x 40% = 2,00%
5% x 35% = 1,75%
5% x 30% = 1,50%

5% x 25% = 1,25%
5% x 20% = 1,00%
5% x 15% = 0,75%

5% x 23% = 1,15%

5- Foi empregado o critério de cálculo contido no acórdão TCU 2622/2013 - Plenário.

6- Taxa de Juros Selic

A taxa de juros relativa ao mês de maio de 2024 aplicável na cobrança, restituição ou compensação dos tributos e contribuições federais, aplicável a partir do mês de 1º de junho de 2024 é de 0,83%.

LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Art. 7º Até 31 de dezembro de 2023, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: (Redação dada pela Lei nº 14.288, de 2021)

IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013) (Vigência)

Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento). (Redação dada pela Lei nº 13.202, de 2015) (Vigência)



Taxa de Juros Selic

A taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, relativa ao mês de maio de 2024, aplicável no pagamento, na restituição, na compensação ou no reembolso de tributos federais, exigível a partir de 1º de junho de 2024 é de 0,83%.

Mês/Ano	2022	2023	2024
Janeiro	0,73%	1,12%	0,97%
Fevereiro	0,76%	0,92%	0,80%
Março	0,93%	1,17%	0,83%
Abril	0,83%	0,92%	0,89%
Maio	1,03%	1,12%	0,83%
Junho	1,02%	1,07%	
Julho	1,03%	1,07%	
Agosto	1,17%	1,14%	
Setembro	1,07%	0,97%	
Outubro	1,02%	1,00%	
Novembro	1,02%	0,92%	
Dezembro	1,12%	0,89%	

1 - BDI - Contribuição Social - Artigo 7º-A da Lei nº 12.546/2011:

Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5%, exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3%, e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2%:

III - as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0;

V - as empresas de transporte ferroviário de passageiros, enquadradas nas subclasses 4912-4/01 e 4912-4/02 da CNAE 2.0;

VI - as empresas de transporte metroferroviário de passageiros, enquadradas na subclasse 4912-4/03 da CNAE 2.0;

Com base no Artigo 7º-A da Lei nº 12.546/2011 conclui-se que a alíquota correta que deverá constar no BDI é de 4,5%. No mais, entendo que essa alíquota também deve constar no BDI que envolva materiais e equipamentos, pois para a empresa optante pela desoneração a tributação é sobre o faturamento.

2 – Retenção - Contribuição Social – Artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 2053/2021:

Art. 11. A partir de 1º de setembro de 2018, no caso de contratação de empresas que estejam sujeitas à CPFB

para execução de serviços mediante cessão de mão de obra, a empresa contratada deverá reter 3,5% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços emitida por empresas:

VIII - construção civil enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0; e

VII - de construção civil de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0.

Com base no Artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 2053/2021 conclui-se que a alíquota para retenção da previdência social no caso de construção civil é de 3,5%. Entendo que essa alíquota deverá ser aplicada sobre o valor total da nota fiscal, pois para a empresa optante pela desoneração a tributação é sobre o faturamento.

3 – BDI – ISSQN:

Com base no sistema de apuração do ISSQN do município de Paranaíba, o percentual máximo permitido para dedução de matérias da base de cálculo do ISSQN é 40%. Dessa forma, entendo que o percentual estabelecido no BDI doc. 24 está incorreto, sendo que o cálculo correto seria 5% x 60% = 3%. Entendo também que esse percentual deve incidir sobre todo o valor da contratação, tendo em vista que conforme doc. 49 serão 28,47% de mão de obra e 71,53% de materiais, com isso a tributação do ISSQN será de 5% sobre 60% da nota fiscal.

Por fim, sugiro atualizar a legislação na parte final do doc. 24 pelo artigo 7º vigente da Lei nº 12.546/2011:

Art. 7º Até 31 de dezembro de 2023, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: [\[Redação dada pela Lei nº 14.286, de 2021\]](#)

4 – Retenções de Impostos Federais – IR/CSLL/COFINS/PIS-PASEP – Receita Federal do Brasil:

Além dos Encargos e contribuições elencados nos itens 1 a 3, haveria ainda a retenção na fonte de tributos federais, conforme Instrução Normativa 1234/2012 que em seu Anexo I destaca que para construção civil por empreitada com emprego de materiais a alíquota de 5,85 % a ser aplicado sobre o valor total da Nota Fiscal do serviço.

TIPOS DE OBRA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO + GARANTIA			RISCO		
	1º Quartil	Medio	3º Quartil	1º Quartil	Medio	3º Quartil	1º Quartil	Medio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,9%	1,27%	1,27%

TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA			LUCRO		
	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%	1,23%	1,39%	6,16%	7,40%	8,96%

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS			
PARCELA DO BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%	3,45%	4,49%
SEGURO + GARANTIA	0,30%	0,48%	0,82%
RISCO	0,56%	0,85%	0,89%
DESPESA FINANCEIRA	0,85%	0,85%	1,11%
LUCRO	3,50%	5,11%	6,22%

<https://leismunicipais.com.br/a/ms/n/navirai/lei-complementar/2003/4/45/lei-complementar-n-45-2003-dispoe-sobre-o-imposto-sobre-servicos-de-qualquer-natureza-e-da-outras-providencias>

§ 5º O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de outro dispêndio de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento.

I - Incluídos:

- a) os materiais a serem ou que tenham sido utilizados na prestação dos serviços, exceto o previsto no item 7.02 e 7.05;
- b) as mercadorias a serem ou que tenham sido utilizadas na prestação dos serviços, ressalvados os casos previstos nos subitens 7.02, 7.05, 14.01, 14.03 e 17.10, da lista de serviços;

II - sem nenhuma dedução, inclusive de subempreitadas.

Art. 22 A alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

- I - Para os serviços antigos, já tributados pelo ISSQN:
 - a) No caso do Trabalho Pessoal do Próprio Contribuinte:
 - 1 - Profissional Autônomo de Nível Elementar: 100 UFNs;
 - 2 - Profissional Autônomo de Nível Médio: 150 UFNs;
 - 3 - Profissional Autônomo de Nível Superior: 300 UFNs;
 - b) Para os demais casos:
 - 1 - Passam a ser de 5%;
- II - Para os serviços novos, agora tributados pelo ISSQN:
 - a) No caso do Trabalho Pessoal do Próprio Contribuinte, conforme itens 1, 2 e 3 da Alínea "a" do inciso I deste Art. 22;
 - b) Para os demais casos, é de 5% (cinco por cento);

I - Para os serviços já tributados pelo ISSQN:

a) No caso do Trabalho Pessoal do Próprio Contribuinte.

- 1. Profissional Autônomo de Nível Elementar: 100 UFNs;
- 2. Profissional Autônomo de Nível Médio: 150 UFNs;
- 3. Profissional Autônomo de Nível Superior: 300 UFNs;

II - Para os demais casos é de 5% (cinco por cento). (Redação dada pela Lei Complementar nº 193/2017)

§ 1º As alíquotas máximas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será de 5% (cinco por cento). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 193/2017)